MINERAÇÃO

Minerais críticos sob ameaça

Com 60% dos cargos vagos e 80% dos recursos legalmente destinados à ANM contingenciados, agência reguladora enfrenta dificuldades para analisar processos, fiscalizar operações e garantir a segurança da atividade

» RAFAELA GONÇALVES

A ambição do Brasil de conquistar protagonismo no mercado global de minerais críticos e estratégicos pode esbarrar em um problema estrutural: a fragilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável por regular e fiscalizar o setor. Mesmo após a aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, em setembro deste ano, a agência opera com aproximadamente 60% dos cargos vagos e tem, em média, 80% dos recursos que deveriam financiar suas atividades bloqueados pelo governo federal. O cenário compromete tanto a capacidade de atrair investimentos quanto o controle sobre uma atividade que envolve riscos ambientais e de segurança.

A avaliação é da pesquisadora Larissa Rodrigues, do Instituto Escolhas, autora do estudo "Agência Nacional de Mineração: deficit crônico de recursos e fragilidade institucional", obtido com exclusividade pelo **Correio**. O levantamento aponta a falta persistente de recursos financeiros e humanos da agência desde sua criação, em 2017, e alerta que a falta de estrutura compromete sua capacidade de analisar processos, conceder títulos e fiscalizar empreendimentos.

"Agora, o país inteiro está discutindo a questão dos minerais críticos e estratégicos, falando de novos investimentos, de reposicionar o país como um player importante no mercado global dos minerais, mas não consegue nem analisar os processos que já estão parados na agência", afirma.

Segundo o levantamento, há 68.349 processos em fase de requerimento pendentes de análise na ANM. Ao todo, são mais de 260 mil processos minerários ativos no país. A demora na avaliação dos pedidos compromete o andamento de projetos e cria obstáculos para empresas interessadas em investir no setor. Com a perspectiva de ampliação da demanda por minerais estratégicos, a tendência é de aumento da pressão sobre uma estrutura que já não consegue atender às necessidades atuais.

Rodrigues ressalta que o problema não se limita à falta de atenção de um governo específico. A agência começou a funcionar em 2018, mas nunca recebeu as condições necessárias para se estruturar. "Não é nem um desmonte, porque ela nunca foi montada", resume.

Orçamento bloqueado

Um dos principais problemas identificados pelo Instituto Escolhas está no financiamento da agência. Pela legislação, 7% da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os royalties da mineração, devem ser destinados à ANM. O dinheiro é pago pelo próprio setor mineral e tem como finalidade custear as atividades do órgão regulador.

Na prática, porém, a maior parte desses recursos é contingenciada pelo governo federal. Entre 2018 e 2026, a retenção média foi de 80% da parcela que deveria chegar à agência, o equivalente a aproximadamente R$ 321 milhões por ano. Em 2026, dos R$ 360 milhões previstos para a ANM, apenas R$ 105 milhões foram efetivamente alocados, o que representa um contingenciamento de 71%.

O mecanismo ocorre durante a elaboração do orçamento federal, quando a maior parte da parcela destinada à agência é colocada na chamada Reserva de Contingência. Embora o dinheiro esteja previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), permanece indisponível para utilização pelo órgão.

Para Larissa, a destinação legal deveria impedir que esses recursos fossem tratados amplamente como uma fonte disponível para outras despesas do governo. "Esse dinheiro que o governo está bloqueando não é do governo. É um dinheiro pago pelo setor mineral para a Agência Nacional de Mineração", argumenta.

Sem estrutura

Agência que vai fiscalizar a nova política de minerais críticos recebe, em média, só 20% do royalty que a lei lhe garante e opera com 60% dos cargos vagos



7% da CFEM (o royalty da mineração) deveriam ir para a ANM, por lei

80% desse valor é retido pelo governo federal, em média, todos os anos (2018 a 2026)

60% dos cargos da agência estão vagos, mais de 1.100 vagas

O QUE A ANM DEVERIA RECEBER X O QUE RECEBEU
Valores em R$ milhões

ANO	DEVERIA RECEBER	EFETIVAMENTE ALOCADO	% RETIDO
2018	329,8	15,6	95%
2019	186,5	43,0	77%
2020	278,9	61,9	78%
2021	369,8	68,9	81%
2022	587,8	72,2	88%
2023	641,2	94,2	85%
2024	475,2	115,9	76%
2025	349,7	115,7	67%
2026*	360,0	105,2	71%

Média do período: deveria receber **R$ 397,7 mi** por ano; recebeu **R$ 76,9 mi**; retido **R$ 320,7 mi (80%).**

Notas: valores de "deveria receber" são a estimativa da Lei Orçamentária Anual, não a arrecadação efetiva. *Em 2026, considera decretos publicados até setembro.

COMO O DINHEIRO FICA "TRANCADO"
Fluxo em 3 etapas

LDO: o governo define as diretrizes e as metas fiscais

LOA: a maior parte da CFEM da ANM vai para a "Reserva de Contingência". O recurso aparece no orçamento, mas a agência não pode usá-lo

Decretos de programação (DPOF): o limite de gastos da ANM já considera o bloqueio, como um segundo degrau de restrição

FALTA DE GENTE
Mais da metade dos cargos estão vagos

40% preenchidos e **60%** vazios

LINHA DO TEMPO DOS CONCURSOS

2010: último concurso do extinto DNPM

2022: concurso após acordo com o MPF, depois de Mariana e Brumadinho

2024: concurso autorizado para 220 vagas, com 216 nomeados

2026: ANM pede mais 220 vagas e o governo autoriza 55 (25%)

349 servidores nomeados no total, número abaixo do necessário

O QUE A FALTA DE ESTRUTURA PROVOCA

Fiscalização: vistorias presenciais cortadas pela metade em 2026

Barragens: 72 das 906 barragens cadastradas têm risco alto (outras 298 têm risco médio e 536, baixo)

Arrecadação: R$ 9,4 bi a R$ 12,4 bi perdidos em CFEM entre 2014 e 2021, segundo o TCU

Processos: 68.349 requerimentos pendentes de análise, de 260.150 processos ativos

Pesquisa: 20.167 | Lavra: **21.702** | Lavra garimpeira: **17.264** | Licenciamento: **9.216**

Fontes: Instituto Escolhas, Agência Nacional de Mineração: déficit crônico de recursos e fragilidade institucional (out/2026), com dados de LOAs, DPOFs, SIGBM/ANM (29/9/2026), ANM (14/9/2026), TCU e Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

ANM/ Agência Senado



Servidores da ANM se manifestam pela valorização da carreira em frente ao prédio da instituição em 2024

A pesquisadora destaca que a discussão sobre o financiamento da ANM não deveria ser confundida com o debate sobre ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas. Na avaliação dela, os recursos da CFEM destinados à agência não deveriam integrar o conjunto de verbas disponíveis para contingenciamento.

Faltam servidores

A restrição financeira é agravada pela insuficiência de servidores. Segundo o estudo do Instituto Escolhas, aproximadamente 60% dos cargos da ANM estão vagos, o equivalente a mais de 1,1 mil postos.

A falta de pessoal também foi apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em relatório aprovado em outubro de 2025. Para o ministro Jhonatan de Jesus, relator do processo, o cenário demonstra que, apesar de criada há vários anos, a ANM "ainda não dispõe de condições operacionais mínimas para exercer integralmente suas competências".

Embora tenham sido realizados concursos públicos nos últimos anos, as nomeações ficaram aquém da necessidade do órgão. Ao comentar os impactos da estrutura da agência para o país, o diretor-geral da ANM, Mauro Sousa, ressalta a dimensão econômica e estratégica do trabalho realizado pelo órgão. "O fortalecimento das equipes não é apenas uma questão interna. É garantir a arrecadação de bilhões para os cofres públicos, dar segurança jurídica aos investimentos e assegurar que setores estratégicos, que respondem por uma parcela expressiva do PIB, funcionem com eficiência", disse em audiência pública na Câmara.

A combinação de orçamento limitado e quadro reduzido de servidores restringe a capacidade operacional da agência, inclusive em atividades diretamente relacionadas à segurança da população. Entre as medidas consideradas urgentes pelo Instituto Escolhas estão a convocação dos aprovados no cadastro de reserva e a elaboração de um plano de recomposição da força de trabalho.

> **Tenho dúvidas se o Brasil vai conseguir se posicionar no mercado global como está dizendo que quer se posicionar, de ter um papel de protagonismo, se não resolver fazer a lição de casa, que é ter uma agência estruturada para lidar com os processos e com a fiscalização"**
>
> ***Larissa Rodrigues,*** *pesquisadora do Instituto Escolhas*

Fiscalização

Entre as atribuições da ANM está a fiscalização das operações de mineração em todo o território nacional. Cabe à agência acompanhar o cumprimento das normas de segurança, verificar as condições das barragens de rejeitos, fiscalizar o fechamento de minas e combater a extração ilegal.

Sem recursos e servidores suficientes, entretanto, a capacidade de fiscalização fica comprometida. Segundo o estudo, a agência informou oficialmente que a falta de recursos levou à redução pela metade das vistorias presenciais em 2026.

A situação preocupa especialmente diante do número de estruturas que exigem acompanhamento. Dados do Sistema de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM), compilados em 29 de setembro, apontam a existência de 906 barragens cadastradas no país. Desse total, 72 estão classificadas na categoria de risco alto. Há ainda uma estrutura em nível de emergência 3, sete em nível 2 e 64 em nível 1, além de 14 barragens em nível de alerta.

Questionada sobre a possibilidade de a fragilidade da agência ampliar o risco de novos acidentes, Larissa Rodrigues é categórica. "Com certeza pode. Não há dúvidas", afirma. Ela lembra que a mineração é uma atividade de grande impacto ambiental e exige controles rigorosos, sobretudo diante do histórico de rompimentos de barragens no país. "Você não ter a agência com um mínimo de capacidade fiscalizatória é uma tragédia anunciada", alerta a pesquisadora.

Para ela, a fiscalização insuficiente não representa apenas um problema administrativo. A incapacidade de acompanhar as operações coloca em risco comunidades próximas aos empreendimentos, o meio ambiente e a própria sustentabilidade da atividade mineral. A expansão da produção, sem o fortalecimento dos mecanismos de controle, pode ampliar a exposição do país a acidentes e danos de grandes proporções.

Prejuízos

Além dos riscos ambientais e de segurança, a fragilidade institucional da ANM tem consequências diretas para a economia. A morosidade na análise dos processos minerários compromete a previsibilidade dos projetos, aumenta a insegurança jurídica e pode afastar investidores interessados em desenvolver empreendimentos no Brasil.

O problema também alcança a arrecadação pública. A agência é responsável pela fiscalização e pela apuração da CFEM, e sua baixa capacidade operacional contribui para a subarrecadação dos royalties da mineração. Um levantamento do TCU, citado pelo Instituto Escolhas, estima perdas entre R$ 9,4 bilhões e R$ 12,4 bilhões entre 2014 e 2021 em razão de falhas na arrecadação.

Larissa ressalta que o fortalecimento da agência deve ser entendido como um investimento, e não apenas como uma despesa pública. Uma ANM estruturada teria melhores condições de fiscalizar a arrecadação, reduzir perdas, dar andamento aos processos e criar um ambiente mais seguro para novos empreendimentos.

"Você deixar a ANM ter acesso aos recursos a que tem direito é um investimento, porque ela controla a arrecadação. A gente não perde em subarrecadação e também não atrapalha os investimentos no setor mineral, que geram não só mais CFEM, mas impostos, renda e emprego", considera.

Na avaliação da pesquisadora, o Brasil corre o risco de não conseguir transformar sua riqueza mineral em protagonismo econômico se não resolver primeiro as deficiências da estrutura regulatória. A nova política pode abrir caminho para investimentos e ampliar a participação nacional nas cadeias produtivas de minerais estratégicos, mas sua execução depende de uma agência capaz de administrar os processos e fiscalizar as atividades.

"Tenho dúvidas se o Brasil vai conseguir se posicionar no mercado global como está dizendo que quer se posicionar, de ter um papel de protagonismo, se não resolver fazer a lição de casa, que é ter uma agência estruturada para lidar com os processos e com a fiscalização", conclui.